

APRENDER PARA SE TORNAR PARTE DO MUNDO: Educação para a sobrevivência futura ¹

(Excertos selecionados e traduzidos por Alberto Melo, Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente, Dezembro 2020)

Perante as inúmeras ameaças existenciais que criámos para nós próprios, este documento apela a que a educação seja de novo imaginada e configurada em função da sobrevivência futura do planeta. Com esse fim em vista, propõe 7 declarações visionárias de como a educação se deverá apresentar em 2050 e posteriormente. Estas declarações assentam em 3 premissas. A primeira: a sustentabilidade humana e planetária é uma e a mesma coisa. A segunda: qualquer tentativa para alcançar futuros sustentáveis, que continuem a separar os humanos do resto do mundo, são delirantes e fúteis. E a terceira: a educação deve desempenhar um papel crucial na reconfiguração total do lugar que ocupamos e da intervenção (“agency”) que levamos a cabo no seio deste mundo interdependente. Tudo isto exige uma mudança completa de paradigma: do aprender sobre o mundo para agir sobre ele até ao aprender a fim de se tornar parte do mundo que nos rodeia. A nossa sobrevivência futura depende da nossa capacidade de realizar tal mudança.

Estamos a sofrer as consequências trágicas do nosso falhanço em imaginar modos alternativos de viver *com* a Terra.

Apesar de alguns esforços para promover a educação como chave para alcançar uma vida sustentável, as escolas e os sistemas de ensino superior continuam a dar prioridade ao fornecimento de mão-de-obra para o crescimento económico, em detrimento da sustentabilidade ambiental. Os dualismos cartesianos que estruturam os nossos currículos e pedagogias são determinantes para perpetuar a ilusão de que estamos de algum modo separados do mundo e podemos actuar sobre ele com impunidade. O facto de o mundo ter hoje o número mais elevado de pessoas “educadas” da sua história e, contudo, estar mais próximo que nunca do colapso ecológico é um gritante aviso de que uma educação do tipo “mais do mesmo” não faz senão agravar os nossos problemas.

É o momento de nos prepararmos para os desafios e de reconfigurar fundamentalmente o papel da educação e da escolaridade a fim de imaginar e aprender, de novo e radicalmente, o nosso lugar e a nossa intervenção no mundo.

AS 7 DECLARAÇÕES VISIONÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO EM 2050

- 1. Em 2050, reavaliámos e reconfigurámos as relações entre educação e humanismo. Conservamos agora a melhor característica da precedente missão humanista da educação – promover a justiça – mas alargámo-la para lá de um enquadramento exclusivamente humano e social.**

¹ “Learning to Become with the World: Education for future survival”. Education Research and Foresight, Working Papers, nº 28. Novembro 2020. Este documento foi encomendado pela UNESCO para apoiar o trabalho da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação.

O novo mandato da educação é a promoção da justiça ecológica, ensinando as artes de viver de forma respeitosa e responsável num planeta danificado.

Desconfiando das maneiras humano-cêntricas de pensar e de agir, resistimos agora activamente à premissa do excepcionalismo humano e recusamos a proposta perigosa do domínio humano sobre a Terra.

A educação humanista tinha sido cooptada por uma obsessão míope com o crescimento económico perpétuo... Ao repetir e perpetuar preocupações ilusórias da posição central e excepcional dos seres humanos, a educação tornou-se parte do problema e não da solução.

Em 2050, conseguimos eliminar o estrangulamento euro-ocidental e humano-cêntrico da educação... e procurámos alternativas ecologicamente sintonizadas que reconhecem a intervenção e interdependência colectiva de todos os seres, entidades e forças existentes na Terra.

Também reconhecemos que muito se pode aprender com as ontologias relacionais baseadas na terra, até porque as vias indígenas de conhecer e de estar em relação recíproca com a Terra e todas as suas criaturas fornecem um modelo ancestral para uma vida sustentável.

Através da aprendizagem e do ensino, os princípios da pluriversalidade – incluindo a multiplicidade de vias de conhecer e de ser, a sabedoria das ontologias indígenas e a animacidade de mundos para além do humano – conseguimos expandir a nossa noção de justiça. Em consequência, a prática da educação encontra-se agora infinitamente mais inclusiva.

2. Em 2050, reconhecemos inteiramente que os seres humanos se encontram incorporados em ecossistemas e que nós somos seres ecológicos e não apenas sociais. Dissolvemos as fronteiras entre ciências “naturais” e “sociais” e todos os currículos e as pedagogias estão firmemente enraizados numa consciência ecológica.

Somos partes integrantes, inseparáveis, das mesmas ecologias. .. Levou muito tempo até abandonarmos a dupla ilusão de que os ecossistemas existem para nos servir e sustentar e de que nós os podemos “gerir” para esse fim.

A contínua muralha disciplinar entre ciências sociais e naturais foi durante muito tempo um persistente obstáculo ao reconhecimento do nosso ser ecológico.

O falhanço em atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em 2030 forçou a uma reavaliação crítica dos dualismos implícitos que continuavam a entravar a realização de objectivos humanos e ambientais, que eram não apenas interconectados mas inextricavelmente entrelaçados.

Graças à percepção, definitiva e dura, de que o destino dos humanos está inextricavelmente ligado ao de todos os outros seres, elementos e forças, nesta Terra viva, aceitámos finalmente que viver e aprender é uma faceta do ser ecológico. Tendo dissolvido as fronteiras disciplinares entre ciências “naturais” e “humanas”, praticamos agora a educação com uma consciência ecológica global.

3. Em 2050, deixámos de utilizar a educação como veículo para promulgar a “excepção humana”. Estamos a ensinar que a intervenção (“agency”) é relacional, colectivamente distribuída e mais-que-humana.

Foi útil lembrarmo-nos que, apesar do seu domínio sistemático sobre a educação oficial, a excepção humana e o individualismo (neo)liberal não foram nunca universalmente adoptados. São anátema para cosmologias indígenas e africanas... e incompatíveis com a tradição filosófica asiática.

<Desde a segunda década do século XXI> iniciámos a gigantesca tarefa de reconfigurar radicalmente os nossos currículos e pedagogias, em função de noções de intervenção (“agency”) colectivas, relacionais e mais-que-humanas. Em vez de confiarmos no engenho e tecnologia humanos como remédio final para os problemas ecológicos, estamos agora a aprender como ocupar o nosso devido lugar como um dos muitos actores, fazedores e modeladores da vida na Terra.

4. Em 2050, eliminámos os referentes de educação centrados no desenvolvimento humano. Em vez de fomentar o individualismo, estamos agora a promover tendências colectivas e relações humanas e mais-que-humanas conviviais e reparadoras.

Podemos agora observar que os referentes de desenvolvimento humano que dominaram a educação no século XX e primeiras décadas do século XXI faziam parte de um projecto imperialista muito mais vasto de “modernizar o mundo” em conformidade com as noções teleológicas ocidentais de progresso e desenvolvimento. Podemos ver claramente que as noções normativas ocidentais de “avanço” foram usadas como padrões universais em função dos quais se media o déficite de pessoas, culturas e países “em desenvolvimento”.

A psicologia do desenvolvimento tornou-se o discurso dominante e produziu uma compreensão universalizada da “criança” assim como um conjunto normativo de etapas do desenvolvimento infantil. Dentro deste discurso totalizador, a “criança individual” era vista na sua progressão através destas etapas, separadas e abstraídas do mundo.

As diferentes pedagogias reforçaram e suportaram a criança aprendente individual a tornar-se autónoma, auto-reguladora, racional e interventiva (“agentic”).

Tornou-se óbvio que a educação não estava a preparar os jovens aprendentes para os futuros ecológicos precários que tinham de enfrentar e que era necessário algo de radicalmente diferente dos referentes de desenvolvimento humano do século XX, desactualizados e individualistas.

Foram os próprios estudantes que assinalaram <estas discrepâncias>. A partir de 2018, um movimento crescente de estudantes liceais levou milhões para as ruas em todos os pontos do globo, denunciando o crescimento económico e o desenvolvimento sem fim como uma catástrofe ecológica e exigindo que os governos e os dirigentes nacionais tomassem medidas urgentes relativamente às mudanças climáticas. ... Apelavam para uma educação radicalmente diferente que garantisse a sua sobrevivência futura.

Por insistência dos estudantes, temos agora <em 2050> uma separação permanente entre educação e as lógicas gêmeas do crescimento económico e do desenvolvimento humano infinitos... Reconfigurámos a educação em torno dos princípios de interdependência e interconexão, o que torna tudo e toda a gente parte integrante da comunidade ecológica da Terra.

A cultura individualista do “eu mesmo” (self) é hoje uma coisa do passado. As tendências colectivas estão na ordem do dia. As nossas práticas educacionais caracterizam-se agora pela abertura ao “Outro”, quer sejam outros seres humanos ou espécies, territórios, antepassados, cyborgs e máquinas.

5. Em 2050, reconhecemos que vivemos e aprendemos num dado mundo. As nossas pedagogias já não situam o mundo “ali fora”, como um objecto sobre o qual se aprende. Aprender a tornar-se parte do mundo é uma prática consolidada e uma colaboração pedagógica mais-que-humana.

A nova Carta de ensinar e aprender as artes de viver responsabilmente e respeitavelmente numa Terra danificada exigiu-nos o questionamento do fosso binário mais fundamental: sujeito / objecto.

Avançamos agora com uma consciência ecológica que recoloca firmemente todos os seres humanos como elementos ecológicos internos (“insiders”), já e sempre incorporados dentro de ecossistemas.

Educadores, numa vasta gama de sectores (educação comparativa, inteligência artificial, ensino superior e outros) também se confrontaram com a tarefa de reformular a aprendizagem para além do fosso sujeito/objecto. Focando as relações e contactos do dia-a-dia como sendo inerentemente pedagógicos, reconhecendo que não são só os seres humanos que ensinam e aprendem e mobilizando a curiosidade humana para aprender o que já está a acontecer no mundo, conseguimos por fim efectuar a mudança de apenas aprender sobre o mundo para passar a aprender com ele.

6. Em 2050, a missão da educação tem um mandato cosmopolítico, o que a transportou para além das reivindicações universalistas e antropocêntricas das perspectivas humanistas, humanitárias e dos direitos humanos.

Os educadores adoptaram agora e totalmente os princípios da cosmopolítica e reconhecem a pluriversalidade ou a coexistência de muitos mundos diferentes.

Seguir os princípios da cosmopolítica permitiu-nos adoptar uma definição mais vasta do que significa “pertencer”, uma definição que abarca todos e tudo, quer vivos quer não, e contém portanto mundos mais-que-humanos.

Esta educação exige um tipo de pensamento transversal, questionando a “excepção humana” mas aceitando a nossa responsabilidade quanto ao papel que desempenhamos no relacionamento com as outras criaturas... Assim, o espaço educativo tornou-se uma parte crucial do “pluriverso em construção”.

Em 2050, a prática da cosmopolítica atravessa a educação, a cultura e a política.

7. Em 2050, a finalidade da educação para a sobrevivência futura levou-nos a dar prioridade a uma ética de recuperação colectiva relativamente a esta Terra danificada.

Conseguimos agora imaginar de novo e reconfigurar completamente a educação em torno da sobrevivência futura do nosso planeta, recolocámos a prática da educação em mundos comuns, porque já não diferenciamos entre o social e o ambiental e já não enquadramos a pedagogia como actividade exclusivamente humana. Motivados pelo compromisso de atingir a justiça intergeracional e multiespécies, nesta Terra danificada, mudámos a finalidade da educação de uma Carta humanitária para uma Carta de justiça ecológica. Coerentes com estas mudanças, adoptámos um tipo de ética inteiramente novo, que é colectivo, mais-que-humano e recuperador.

Abandonando as fantasias grandiosas em que os humanos salvam o ambiente, conseguimos agora colocar o enfoque num objectivo muito mais modesto, o de cuidar de forma colaborativa o florescimento mútuo de todos – humanos e mais que humanos – recuperando em conjunto os nossos mundos comuns, mesmo se conseguirmos apenas uma recuperação parcial. Aprendemos finalmente a lição: para se atingir justiça ecológica temos de cuidar das nossas relações com os outros e em todas as suas especificidades.